



FREITAS DO AMARAL
ELOGIA
CONSTITUIÇÃO
ANGOLANA

Pág. 5

EMBAIXADOR NA FEIRA DO EMPREGO



Pág. 8

MPLA FESTEJA 54º ANIVERSÁRIO



Pág. 9

**COMUNICAÇÃO SOCIAL:
ASSINADOS
PROTOCOLOS
EM LISBOA**



Pág. 10

RAPPER PM



Pág. 15

MISS ANGOLA - 2011



Pág. 16

DOS SANTOS NA ÁFRICA DO SUL INCENTIVA PROJECTOS COMUNS



Pág. 2

O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou, em Dezembro, a África do Sul, marcado com a assinatura de vários acordos para o desenvolvimento de projectos comuns. Foram preparados vários instrumentos jurídicos. Entre outros, os dois países precisavam de um acordo de cooperação financeira, uma vez que têm a ambição de desenvolver projectos conjuntos. Os acordos abrangeram ainda as áreas dos petróleos, telecomunicações e tecnologias de informação, cultura e artes, serviço público e desenvolvimento de infra-estruturas.

ANGOLANO NO FÓRUM INTERNACIONAL

Pág. 8

NOTA DE REDACÇÃO



Depois de as famílias angolanas terem passado **UM FELIZ NATAL**, só nos resta desejar que o ano de 2011, que se inicia, seja coroado de êxitos. Nesta edição derradeira do ano, feita com o mesmo espírito de mantermos informados a nossa vasta Comunidade sobre o que, realmente, vai ocorrendo no País, o Mwangolé destaca a visita do Estado do Presidente angolano à África do Sul, que reforça não apenas a cooperação económica e política entre os dois Estados, povos e nações, mas sobretudo vai relançar um legado de ligação histórica, marcada no período de luta anti-apartheid com o "inesquecível" apoio de Angola ao Congresso Nacional Africano (ANC, sigla em inglês). No que diz à política nacional, publicámos uma entrevista com o jurista português Freitas do Amaral, que elogia a Constituição de Angola, ao mesmo que pede tempo para que os angolanos possam adaptar-se nela, pois, segundo ele, "quando há uma transformação grande no regime político de um país, demora bastantes anos a aplicação completa e a ganhar raízes na população". Por cá, o Mwangolé destaca a visita do embaixador José Marcos Barrica aos Açores, os festejos dos 54 anos do partido histórico MPLA, com um programa recheado, no qual a primeira-secretária do partido em Portugal, Rosa de Almeida, disse que sob a direcção do Presidente José Eduardo dos Santos, o MPLA continua empenhado em trabalhar para o bem-estar do povo angolano, priorizando a preservação da unidade e coesão nacional, a consolidação da democracia e o crescimento económico, a garantia das condições básicas para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida e dos índices de desenvolvimento humano no País. Num "dia de festa e também de reflexão", a data foi marcada com a outorga de alguns diplomas a militantes que mais se têm destacado pela sua entrega ao trabalho partidário e, de forma especial, aos representantes diplomáticos pelo seu empenho pela causa angolana. Entre outros temas, o Mwangolé destaca ainda a Feira do Emprego, realizada pelo Consulado Geral de Angola em Lisboa, em parceria com a Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP), no quadro das actividades dos 35 anos da "Dipanda", assim como a visita da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, a Portugal, onde foram assinados vários acordos entre os órgãos de informação dos dois países, sobretudo, no domínio da formação de quadros. Finalmente, e pelo apoio e carinho dispensado, em nome do embaixador José Marcos Barrica, o Mwangolé deseja a todos **UM FELIZ E PRÓSPERO ANO NOVO!**

INCENTIVO AOS PROJECTOS COMUNS

PRESIDENTE DOS SANTOS VISITA ÁFRICA DO SUL

O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, visitou, em Dezembro, a África do Sul, marcado com a assinatura de vários acordos para o desenvolvimento de projectos comuns. Foram preparados vários instrumentos jurídicos. Entre outros, os dois países precisavam de um acordo de cooperação financeira, uma vez que têm a ambição de desenvolver projectos conjuntos.

Os acordos abrangeram ainda as áreas dos petróleos, telecomunicações e tecnologias de informação, cultura e artes, serviço público e desenvolvimento de infra-estruturas. Segundo ministro das Relações Exteriores, George Chikoty, a questão da supressão de vistos ainda não foi tratada no quadro desta visita.

Em conferência de imprensa, o Presidente José Eduardo dos Santos afirmou, em Pretória, que "não vê nenhum problema para Angola em abrir-se com a África do Sul". Sobre se o desnível de desenvolvimento constituía algum problema para Angola, caso Angola se abrisse ao investimento sul-africano, o Chefe de Estado recorreu a um adágio popular africano, dizendo "quando se é criança, aprende-se com os mais velhos. Em África, aprende-se com os mais velhos e as crianças não têm medos dos mais velhos". José Eduardo dos Santos reconheceu que a África do Sul é um país mais consolidado, com uma economia mais forte: "Nós, colaborando com a África do Sul, vamos certamente evitar cometer erros que eles já cometeram no passado". "A África do Sul tem mais experiência em todos os domínios da organização do Estado, administração, economia, sector empresarial público e privado. Por que não viver desta experiência?", interrogou, garantindo que o Executivo angolano define as suas políticas internas de edificação ou estruturação da sociedade e tem consciência do que tem de fazer para realizar objectivos. "Angola vai, naturalmente, buscar fora do território valências que não tenha dentro. Se pode vir a África do Sul, por que não? Por que é que Angola terá receio de cooperar com a África do Sul se coopera com os Estados Unidos, com a China?", perguntou, para adiantar: "Não devemos ter receio de estarmos em estágios diferentes de desenvolvimento. Pelo contrário, eles serão para nós uma referência e um estímulo para andarmos mais depressa e chegarmos ao seu nível", afirmou. Em relação à cooperação em instituições internacionais, os dois Estadistas defendem reformas nas Nações Unidas, particularmente no Conselho de



Segurança, e nas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), revelaram.

OS ECOS DA IMPRENSA SUL-AFRICANA

Os ecos da visita de José Eduardo dos Santos da República à África do Sul estão nos jornais da capital sul-africana. O "The New Age" faz manchete com uma fotografia dos dois Presidentes durante a conferência de imprensa na residência oficial do Chefe de Estado sul-africano e o título é "Brothers in arms", ("irmãos de luta"), referindo-se ao passado de luta pela autodeterminação dos dois países e ao apoio angolano ao fim do apartheid.

O generalista "Pretoria News" destaca na sua segunda página os acordos bilaterais com uma foto sobre a cerimónia protocolar quando o Presidente José Eduardo dos Santos chegou ao palácio Union Buildings. O jornal lembra que soldados da Força de Defesa sul-africana do antigo regime fizeram uma incursão a Angola para aniquilar a resistência devido ao apoio ao ANC, ao mesmo tempo que apoiava a UNITA durante cerca de 17 anos de guerra civil pós colonial.

CONDECORADO COM ORDEM OLIVER TAMBO

Nesta sua visita de Estado à África do Sul, o Presidente José Eduardo dos Santos foi condecorado com a Ordem Oliver Tambo, a mais alta distinção da África do Sul. José Eduardo dos Santos visita a África do Sul pela primeira vez, tendo sido assinados dezenas de acordos em cerimónia testemunhada pelos dois estadistas. A África do Sul exporta para Angola máquinas e equipamentos eléctricos, produtos químicos e vegetais, géneros alimentícios, metais básicos, artigos metálicos e outros quantos artigos. As exportações de Angola para a África do Sul são, fundamentalmente, petróleo bruto, sucata ferrosa e não ferrosa, minerais, metais,



pedras preciosas, jóias, pérolas, entre outras. A balança comercial nas trocas comerciais ainda é desfavorável a Angola, porque o País importa mais do que exporta. Os sul-africanos assumem que Angola é a terceira maior economia na África sub-sahariana com potencial de investimento.

ILHA DE ROBBERN: MUSEU ABERTO

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou a Ilha de Robben, na cidade do Cabo, na África do Sul, um

“grande Museu aberto para todos, um sítio de memória colectiva do povo sul-africano, mas também parte de todos os povos que lutam pela paz, liberdade e o progresso”. O Chefe de Estado angolano expressava-se no final da visita guiada, efectuada ao local onde estiveram encarcerados, durante décadas, milhares de combatentes anti-apartheid, encabeçados pelo ícone da luta contra a segregação racial, Nelson Mandela. No seu último dia da visita oficial à África do Sul, Eduardo dos Santos manifestou-se “bastante impressionado” com o relato, salientando haver “uma frase lapidar”, segundo

a qual os “homens nascem livres e iguais perante a lei, mas aqui a lei foi sistemática e brutalmente violada durante o apartheid”. Contudo, acrescentou, “pessoas corajosas resistiram, souberam suportar todo o tipo de sacrifícios e humilhações, mas finalmente venceram, mudaram a face da África do Sul e ajudaram a mudar a face da África Austral”. O estadista disse ainda sair, da ilha de Robben, “como se fosse parte deste grupo de corajosos combatentes, porque todos acabamos por vencer. O apartheid foi enterrado”.

NETO NO MONUMENTO À LIBERDADE

O Freedom Park (Parque da Liberdade) da África do Sul, um monumento à liberdade e democracia, vai incluir, em breve, o nome

do primeiro presidente de Angola, António Agostinho Neto, na “Galeria dos líderes”, espaço destinado a destacados combatentes pela liberdade já falecidos. A Galeria dos Líderes é uma das áreas mais importantes do Freedom Park. Ainda em fase de montagem, o espaço expõe figuras cujas qualidades de liderança e conquistas foram fundamentais na luta pelos direitos humanos e pela liberdade. No Parque da Liberdade já se encontram fotografias gigantes de Che Guevara, Kwame Nkrumah (Ghana), Julius Nyerere (Tanzânia) ou Oliver Tambo. Jornalistas angolanos que visitaram recentemente o Freedom Park, foram informados que a galeria dos heróis vai ser enriquecida com os nomes de Agostinho Neto (Angola), Samora Machel (Moçambique) e Amílcar Cabral (Guiné-Bissau). ■



ANGOLA / ÁFRICA DO SUL

ÍNTEGRA DO DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NAS CONVERSÇÕES OFICIAIS

Discurso pronunciado por sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola, na abertura de conversações durante a visita oficial à República da África do Sul.

Sua Excelência Jacob Zuma, Presidente da República da África do Sul, Excelentíssimos Membros das duas delegações, Minhas Senhoras e Meus senhores

Estou grato à Vossa Excelência pelo convite que nos foi feito e estou certo de que os nossos trabalhos vão decorrer no espírito de compreensão e harmonia que tem caracterizado os encontros que a vários níveis se têm realizado entre representantes de Angola e da África do Sul.

Recordo neste momento a sua última visita a Angola e as discussões frutuosas que tivemos e que serviram para elevar o nível das nossas relações de amizade e de cooperação.

As nossas relações são excelentes, seja no plano político e diplomático, seja no plano económico, social e cultural.

O saldo da conta corrente entre os dois países aumentou de 940 milhões de dólares em 2007 para 1.890 milhões em 2008, representando um incremento de mais de 100 por cento; o investimento sul-africano atingiu cerca de 200 milhões de dólares em 2009; cresceu o número de cidadãos sul-africanos em Angola e de angolanos na África do Sul.

A África do Sul também começa a ser destino para alguns investimentos de empresários angolanos.

Estes dados são encorajadores e revelam que as nossas relações se vão ampliando.

São grandes as oportunidades de negócios que existem, quer no mercado angolano, quer no mercado sul-africano, para os empresários dos dois países.

Penso que devemos aperfeiçoar os mecanismos institucionais e os instrumentos jurídicos de cooperação, para facilitar o enquadramento e a dinamização das acções de cooperação material.

Nesse processo jogam um papel preponderante a mobilização de recursos e competências, com base em parcerias equitativas que conjuguem sinergias e promovam o comércio e o investimento, a transferência de tecnologia e a partilha do conhecimento e da experiência em geral.

Parcerias dinâmicas e produtivas no campo empresarial, e não só, fortalecem as nossas economias e as relações bilaterais, e têm uma repercussão positiva em toda a África Austral, onde a SADC será cada vez mais forte, quanto mais forte forem as economias dos seus Estados membros.

Este pensamento é válido para outras instituições sub-regionais e para o nosso continente, como sublinhou também o Presidente Jacob Zuma.

Se a União Africana tiver muitos países com economias e Estados fortes no seu seio, ela terá maior capacidade para ajudar a resolver as situações de crise e os conflitos armados que surgirem em África e impedir a ingerência de governos de outros continentes.

Estes países, não poucas vezes, usam duas agendas - uma das quais com o propósito de proteger os seus interesses sem se preocupar com a instabilidade ou o agravamento da situação que a mesma pode criar.

Senhor Presidente,

Este pensamento é válido também para concertamos as nossas acções no âmbito da reforma das Nações Unidas, onde devemos continuar a reivindicar dois assentos de membros permanentes no seu Conselho de Segurança.

África deve também, no quadro da discussão em curso para o aperfeiçoamento dos instrumentos de regulação da economia global dos sistema financeiro internacional, reclamar maior participação com vista a melhor defender os seus interesses.

Senhor Presidente,

Estou certo de que poderemos neste e em futuros encontros encontrar as melhores vias para tornar cada vez mais estreitos e fecundos os laços históricos que unem os nossos dois povos e países.

Os grandes sectores, tais como a energia, os transportes ferroviários, viários, marítimos e aéreos, as comunicações e indústria pesada e de transformação, a investigação científica e o desenvolvimento humano devem merecer prioridade, pelo papel estruturante que têm no processo económico e social.

Num mundo que enfrenta grandes desafios e grandes ameaças à estabilidade e

à segurança, gostaríamos de privilegiar a concertação bilateral e a troca de informações em domínios como o ambiente, onde são evidentes as mudanças climáticas, e no tratamento dos fenómenos referentes ao terrorismo, aos crimes transfronteiriços, à imigração ilegal, ao tráfico de drogas e de seres humanos, ao branqueamento de capitais e à lavagem de dinheiro, entre outros crimes de igual monta.

Estou certo de que todos juntos saberemos encontrar a melhor forma para cooperar em todas estas áreas com resultados positivos e com o mesmo espírito que no passado permitiu forjar os laços que nos levaram a vencer o colonialismo e o “apartheid” e a conquistar o nosso direito de gerir os nossos próprios destinos.

Tem a comissão bilateral que já não se reúne há algum tempo. Deveríamos fazer esforços para a redinamizar. Quero sublinhar a importância do quadro financeiro para elevar projectos quer do sector público quer parcerias de empresas privadas.

Penso que podemos encorajar a troca de experiência entre as associações cívicas, culturais e desportivas. O trabalho a nível das instituições culturais pode fortalecer ainda mais os laços entre os dois países.

Agradeço à Vossa Excelência, ao Governo da África do Sul e ao povo sul-africano pelo cordial acolhimento reservado a mim e à minha delegação.

Muito Obrigado! ■

VISITA DO EMBAIXADOR BARRICA AOS AÇORES



Nesta edição, trazemos a reportagem fotográfica da visita, recentemente, do embaixador José Marcos Barrica aos Açores, onde apontou a pecuária, a agro-indústria e as pescas como áreas de possível "intensificação" da cooperação entre aquelas ilhas e a República de Angola. Nos Açores, o embaixador, acompanhado por Cecília Baptista, cônsul-geral de Angola em Lisboa, e por António Albuquerque, representante comercial, foi recebido pelo secretário regional da Economia, em representação do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro. Em declarações aos jornalistas em Ponta Delgada, no final do encontro com o secretário regional da Economia, José Marcos Barrica sublinhou que os Açores dispõem de "experiências, conhecimentos e tradição acumulada que podem ser levados a Angola, um País que, depois de momentos de confrontação e de perturbação, está a reerguer-se." Apontamos a agro-indústria como actividade importante para resolver algumas carências, e julgamos que a experiência açoriana pode ser importante neste domínio', afirmou o embaixador, salientando que os Açores garantem 35 por cento da produção leiteira portuguesa e 60 por cento da produção de queijo. Na ocasião, foi feita uma apresentação subordinada ao tema "Os desafios da Internacionalização para a Economia Açoriana", tendo como orador o professor Gualter Couto, seguido do tema "As Oportunidades de Cooperação Económica Bilateral", feita pelo embaixador José Marcos Barrica. Coube, por seu turno, à cônsul-geral Cecília Baptista tecer considerações sobre as novas medidas do Consulado de Angola em Lisboa sobre o processo de obtenção de vistos para Angola, pondo fim ao "mito" da dificuldade de se entrar no País. Ainda nos Açores, o embaixador e comitiva visitaram a Universidade local, assim como o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, a União das Cooperativas Agrícolas de Produção de Leite de S. Miguel (Unileita), a Sociedade Geotérmica dos Açores (Sogeo), e a Central do Pico Vermelho. ■



FREITAS DO AMARAL ELOGIA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA

«MODELO É DEMOCRÁTICO E LEGÍTIMO»

O jurista português Freitas do Amaral elogiou, em Luanda, a Constituição de Angola, lembrando que é “uma lei hierarquicamente superior a todas as outras”; que “estabelece a organização política suprema do País”. Professor de Direito Administrativo, tendo já sido presidente da Assembleia-Geral da ONU, Diogo Freitas do Amaral esteve em Angola a participar no II Congresso do Direito de Língua Portuguesa.

Quanto tempo os angolanos precisam para se adaptar à sua Constituição?

É uma pergunta difícil de responder, porque tudo o que seja prever o futuro é impossível. O que eu lhe posso dizer é que quando há uma transformação grande no regime político de um país, demora bastantes anos a aplicação completa e a ganhar raízes na população. A seguir ao 25 de Abril de 1974, que derrubou a ditadura, veio o processo de descolonização e começou o processo interno de democratização. Nós tivemos quase dois anos de grandes perturbações político-sociais, grandes movimentos de massas, grandes manifestações de rua, porque existiam dois projectos políticos que estavam em conflito.

Quais eram esses projectos?

Havia um projecto de fazer de Portugal uma democracia pluralista de tipo europeu e um projecto político de fazer de Portugal um país mais ou menos inspirado no modelo soviético. Nas eleições e nas manifestações de rua, em que estiveram muitas centenas de milhares de portugueses, a opção do povo foi clara no sentido da democracia pluralista do tipo europeu ocidental. Mas porque o 25 de Abril tinha sido feito pelas Forças Armadas, e porque havia ainda instabilidade e divisão no seu seio, além de alguma incompreensão entre as Forças Armadas e os partidos políticos, foi preciso um período de transição que supostamente ia durar entre dois e quatro anos, mas que acabou por durar cerca de oito anos. Se contarmos com os dois primeiros anos que foram de grande agitação, nós levámos de Abril de 1974 até Dezembro de 1982, até estabilizarmos o modelo político que acabou por ser aceite consensualmente, e que desde então, até hoje, tem funcionado sem qualquer perturbação ou crise de natureza institucional.

Que apreciação faz desta etapa em Angola com a nova Constituição?

Sabemos que a seguir à Revolução Francesa foram 30 anos de golpes e contra-golpes, mudanças de Constituição, etc. Sabemos que em Portugal, a



seguir à Revolução Liberal de 1820, tivemos 31 anos de convulsões, golpes de Estado, revoluções e uma guerra civil, e o regime só se estabilizou numa monarquia constitucional bipartidária em 1851, isto é 31 anos depois. Isto leva-me a crer que se os países não têm a sorte de evitar golpes de Estado, convulsões, guerras civis, etc., o período de consolidação das instituições democráticas pode ser longo.

E o que pensa do caso angolano?

Em Angola houve primeiro a guerra colonial, depois a guerra civil e só em 1991 é que se deu a transição para o regime pluralista. Depois houve a guerra pós eleitoral. Na prática, somente há oito anos é que Angola vive numa solução mais ou menos consensual, embora haja algumas divergências significativas, entre os principais partidos. É pouco tempo para quem sofreu 30 anos ou mais de guerra. Portanto, independentemente das opiniões que podem ser favoráveis ou desfavoráveis, a Constituição actual, numa perspectiva histórica e do Direito Comparado, é natural que ainda não se tenha chegado ao ponto óptimo de equilíbrio, em que haja consenso entre todos os protagonistas.

Há muitos casos de querelas constitucionais de longa duração?

Em Portugal tivemos uma querela constitucional que só terminou em 1989, com a segunda revisão constitucional, portanto, durou de 1976 a 1989. Sem querer tomar partido nas questões internas de um país que é independente, em relação ao qual eu sou estrangeiro, muito amigo mas estrangeiro, vendo de fora, numa perspectiva histórica, comparando com o que se passou em Portugal e noutros países, não me surpreende que existam ainda algumas divergências importantes relativamente à Constituição. Mas se o clima de paz continuar e se Angola mantiver um clima de crescimento económico e de reformas, estou convencido que mais revisão, menos revisão constitucional, Angola pode, dentro de um prazo razoável, conseguir um consenso ainda maior do que aquele que já conseguiu em matéria constitucional.

Que opinião tem sobre o papel das autarquias no desenvolvimento de Angola?

Eu penso que a autonomia local ajuda muito na participação das populações no seu próprio desenvolvimento. Até porque a democracia hoje não é ape-

nas representativa é uma democracia participativa. Julgo saber que está no programa do Executivo apresentar legislação nesta matéria. E creio, aí sim, posso dizer que mais ano, menos ano, Angola inicia a sua experiência de transformação dos municípios em autarquias representativas da vontade popular.

Que opinião tem sobre o modelo político escolhido pelos angolanos?

O que eu vejo é que há muitos países no mundo que optam pelo presidencialismo, mesmo na Europa, que por razões históricas, tem uma tradição mais parlamentarista. Mas a França, por exemplo, a partir do general Charles de Gaulle, já lá vão mais de 50 anos, optou por um modelo que é presidencialista. Nos países da Europa do Leste que acederam à democracia a seguir a 1989/91, a Polónia tem um regime presidencialista. Nas antigas colónias portuguesas, o Brasil é presidencialista, Angola foi sempre tendencialmente presidencialista. Moçambique também. Na Guiné-Bissau houve uma tendência grande para o presidencialismo, mas que nem sempre resultou. Em São Tomé e Príncipe há a interpretação mais presidencialista que os Presidentes da República têm querido dar à Constituição. Mesmo em Timor-Leste já tivemos períodos de presidencialismo.

Existe algum elemento comum aos países tendencialmente presidencialistas?

Se pusermos no mesmo grupo os EUA, a maioria dos países latino-americanos, o Brasil, Angola e Moçambique, verificamos que grandes países que acedem à independência de repente ou depois de uma guerra colonial têm tendência para adoptar o sistema presidencialista. Em termos de ciência política isto pode significar que a grandeza do território exige um poder executivo mais forte. Os países com tendência para mais do que dois partidos e com experiências de instabilidade governativa, é o caso da França e da Polónia, também têm tendência para preferirem um sistema presidencialista. Embora entre os sistemas presidencialistas haja modalidades e talvez esteja na altura dos cultores da ciência política fazerem uma tipologia dos presidencialismos, porque há muitas modalidades.

FREITAS DO AMARAL ELOGIA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA (cont.)



Há vozes, em Portugal que defendem uma revisão constitucional para dar mais poderes ao Presidente da República, qual a sua posição?

A tradição em Portugal, desde o século XIX foi sempre parlamentar. A I República, de 1910 a 1926, foi parlamentar. A Constituição de 1976, sobretudo após a revisão de 1982, também adoptou um semi-presidencialismo de tendência parlamentar, claramente diferente do francês. Hoje há vozes a propor a evolução para um sistema mais presidencialista. Isto ocorre porque os partidos revelam dificuldades em entender-se. Cheira a governos fracos, minoritários ou até de pouca duração. Eu pertença a uma família política que por tradição sempre foi favorável aos sistemas parlamentares, mas compreendo perfeitamente a evolução, dada a grande instabilidade que se tem vivido nos regimes anteriores e também compreendo as dificuldades que os principais partidos políticos revelam em fazer alianças que defendam uma evolução mais presidencial.

Que opinião tem sobre o modelo presidencialista?

O presidencialismo em si não tem nada de anómalo ou de anti-democrático. Mas uma Constituição que opte pelo presidencialismo deve estabelecer contra pesos de forma a não atribuir poderes excessivos ao Presidente da República. Aquilo que se discute mais em Angola, pelo que me foi dado ouvir na palestra que fiz na Universidade Lusíada, é a questão de saber se o equilíbrio de poderes entre o Executivo e o Legislativo existe ou se há um reforço considerado excessivo dos poderes presidenciais face aos poderes do Governo e do Parlamento. Essa questão é eminentemente política, é eminentemente nacional e eu não a quero abordar neste momento. Até porque ainda não tive a oportunidade de estudar bem a nova Constituição

angolana na perspectiva do equilíbrio de poderes.

Conhece partes do texto constitucional?

O que analisei mais na Constituição foi o modo de designação do Presidente da República como cabeça da lista mais votada para o Parlamento. Para mim o problema era saber se é possível considerar antidemocrática essa designação. Eu estudei e considero que não é antidemocrática, pelo contrário, é uma solução perfeitamente aceitável. Não é a mais frequente, não é a que está mais generalizada, mas é perfeitamente aceitável. E nós, em Portugal, temos um sistema de designação do presidente da Câmara Municipal que também é o chefe da lista mais votada. Não há nada de extraordinário nisto.

Durante a sua estada em Luanda aprofundou esta questão?

O que me foi colocado é que havia um artigo em que vinham as competências do Presidente como Chefe de Estado, outro como Chefe do Executivo, outro como comandante supremo das Forças Armadas e que eram poderes a mais. Ora, só por esta razão, não significa que haja poderes a mais. Porque os poderes, por exemplo, de comandante supremo das Forças Armadas existiriam sempre. É uma função tradicionalmente inerente ao Chefe de Estado. Já o era na monarquia e também o é na República. Depois a distinção de funções entre o Chefe de Estado e Chefe do Governo pode levar a dois artigos muito grandes, por hipótese, mas também pode ser feita em duas ou três frases como na Constituição americana. E os poderes estão lá.

Quer dizer que pode ser uma questão de técnica legislativa?

Pode ser uma questão de técnica legislativa que faça parecer que existem poderes excessivos, poderes que de uma maneira ou de outra estariam lá sempre. Ou pode ser atribuição excessiva de poderes. Portanto, tenho de estudar o problema com cuidado, sem me basear nas aparências e olhando para a realidade. Mas já é uma grande vitória, haver o espírito democrático, e poder haver debate entre os angolanos sobre questão. Eu acho que isto é que é o principal, porque havendo um debate livre sobre esta questão. Isto significa que no dia em que a opinião pública tiver uma ideia diferente pode haver uma maioria diferente ou a mesma maioria pode ter uma ideia diferente e fazer uma revisão constitucional. Acho que o essencial é a liberdade de pensar e a liberdade de falar. O resto é consequência.

O avanço do Presidencialismo pode resultar da recessão mundial

que tem deixado muitos governos sem condições para governar?

Acho que a tendência de evolução de alguns regimes parlamentares e de alguns regimes semi-presidenciais para o presidencialismo, ou para o que eu chamo de quase presidencialismo começou muito antes destas crises mundiais. Resulta da grande instabilidade que existia nos países com um número elevado de partidos e das dificuldades em agrupar alianças e coligações estáveis entre eles. Mas admito perfeitamente que as circunstâncias económicas e sociais que se estão a viver, sobretudo, no mundo ocidental, Estados Unidos e Europa, possam ser também uma motivação adicional para aumentar ou reforçar esse movimento no sentido do presidencialismo. Em todo o caso, para já não advogo esta evolução, pelo menos no meu país, ou em termos de constituições europeias.

Porquê?

Porque a experiência tem demonstrado que estas crises resultam de decisões que são tomadas pelos órgãos da União Europeia. Os efeitos são imputados aos governos nacionais, até agora de forma pacífica e em termos democráticos. Quando o governo que está em

funções tem de tomar medidas muito duras, nas eleições seguintes perde e é substituído por outro. Se esses países tivessem optado por uma evolução rápida para o presidencialismo, como é que se resolvia o conflito?

Qual era a solução?

Cada vez que o presidente e o seu governo tivessem de tomar medidas de austeridade por causa de crises económicas a solução era substituí-lo. Por exemplo, se o Presidente Obama não for leito daqui a dois anos provavelmente será por causa da crise económica. Portanto, eu acho que em tempos de paz e de estabilidade económica o presidencialismo pode ser uma solução para formar um sistema político e administrativo mais eficaz. Em tempos de crise, em que é necessária uma válvula de segurança, para que o povo, cansado das medidas de austeridade mande alguém embora, é preferível que mande um Governo, substituindo-o por outro, do que mandar embora um Presidente, chamando outro. Eu continuo a hesitar sobre se essa evolução de sistemas que até agora foram parlamentares para o sistema presidencial é ou não desejável. ■

Gentileza: Jornal de Angola



BISSAU AGRADECE APOIO DO EXECUTIVO ANGOLANO

A ministra da Presidência do Conselho de Ministros, da Comunicação Social e Assuntos Parlamentares da Guiné-Bissau agradeceu ao Executivo angolano o apoio na reabertura da televisão do seu país, que por avaria não emitia há cinco meses. Maria Abiatu Nandigna referiu que a avaria foi reparada



graças a um acordo de cooperação firmado, há dois meses, com o Ministério da Comunicação Social de Angola. O espírito de ajuda e de solidariedade do povo angolano para com a Guiné-Bissau, afirmou, atingiu o expoente máximo, a nível da comunicação social, o que tornou possível a recomeço da emissão, com a transmissão de um telejornal. Com a reabertura da televisão, a reacção da população é positiva,

disse, adiantando que graças à cooperação é possível levar às casas dos guineenses a notícia e a informação de que já não dispunham há muitos meses. No âmbito do protocolo firmado, depois da reposição do sinal, o primeiro passo, é tentar fazer funcionar, o mais rápido possível, na sua totalidade, a televisão. Maria Abiatu Nandigna referiu que, possivelmente, vai ser montado um estúdio novo, tendo em conta que o actual, analógico, foi construído há mais de 27 anos. "Mais uma vez foi demonstrado que o Presidente José Eduardo dos Santos sempre teve a preocupação da Guiné-Bissau no centro das suas atenções", disse, sublinhando que "o tradicional laço de cooperação entre os dois países está a falar mais alto". ■

REINO UNIDO ELEGE ANGOLA PARA PARCERIA INTENSIVA

Angola e Reino Unido vão intensificar, nos próximos tempos, a parceria bilateral em vários domínios, garantiu, em Luanda, o ministro dos Negócios Estrangeiros para a África. "Temos um novo Governo de coligação no Reino Unido e um dos grandes objectivos é intensificar a parceria bilateral com vários países do mundo, sendo Angola uma das prioridades", sublinhou Henry Bellingham, no final de uma audiência que lhe foi concedida pelo vice-presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos. Fruto desta medida, referiu que foram assinados vários memorandos de entendimento, com realce para as áreas do comércio e investimentos, ambiente e alterações climáticas e a criação de um regime recíproco de vistos de entrada. O diplomata britânico anunciou estar previsto o estabelecimento de uma ligação mais próxima entre os dois Parlamentos e que, dentro dessa linha, formulou um convite para que seis deputados angolanos visitem, em 2011, o Reino Unido. Ainda no âmbito do incremento das relações entre os dois países, Bellingham convidou o



ministro angolano das Relações Exteriores, George Chicoty, a visitar o Reino Unido, também no próximo ano. Em retribuição, Luanda deve receber o governador de Londres, com o objectivo de promover os serviços financeiros. O ministro anunciou que um banco angolano vai criar uma representação em Londres, adiantando: "As nossas relações bilaterais são fortificadas a cada dia que passa". ■

AUTORGA DE MEDALHAS 11 DE NOVEMBRO VICE-PRESIDENTE REALÇA ESPÍRITO DE UNIDADE E DEDICAÇÃO



O Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos, afirmou, em Luanda, que "o tradicional espírito de unidade e dedicação" é um dos alicerces da reconstrução nos vários sectores do País. Durante a cerimónia de condecoração de 246 cidadãos, com a medalha 11 de Novembro, no âmbito das comemorações

dos 35 anos da independência nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos disse ser "justo que em memória de todos aqueles que lutaram pela nossa liberdade e independência continuemos a prestar homenagem presente e póstuma aos que mais se destacaram, com o seu exemplo de coragem e de perseverança na causa da nossa querida pátria". Recordou que os angolanos souberam ultrapassar os momentos difíceis e complexos que o País foi obrigado a enfrentar, mas "graças aos sacrifícios consentidos pelos seus filhos, Angola conseguiu conquistar a independência, estabelecer a paz e a reconciliação nacional e iniciar o processo de reconstrução, cujo objectivo é o bem-estar da população e o progresso do País". Fernando da Piedade Dias dos Santos frisou que os angolanos anseiam por dias melhores: "Tenho a certeza que esses dias hão-de chegar porque reconhecemos que não foi em vão que os nossos antigos combatentes e veteranos de guerra lutaram unidos pelos mesmos ideais, para a libertação do jugo colonial". Deste legado, prosseguiu, ficam ensinamentos valiosos para as gerações vindouras relativamente ao amor à partia e ao espírito de entrega e de sacrifício que os valorosos filhos de Angola dedicaram à nação na luta de libertação nacional. ■

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GEORGE CHICOTY FALA DAS PRIORIDADES DO SEU MANDATO

O ministro das Relações Exteriores, George Chicoty, definiu como prioridade a adopção de instrumentos que permitam a execução da política externa, lembrando que Angola conquistou um lugar no concerto das nações e é um País que garante estabilidade no seio da comunidade internacional. Referiu que Angola tem uma taxa elevada de crescimento e é parceiro político e económico de muitos países. "Precisamos de ter um Ministério que esteja à altura de responder à sua missão", afirmou, salientando: "Precisamos de reforçar a nossa coordenação entre os órgãos de execução



externa, que são as embaixadas, e todos os sectores do Executivo que dependem do Ministério das Relações Exteriores". ■

ANGOLANO NO FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO SOCIAL DE RUA

No quadro da acção de Organizações Não-governamentais que se dedicam ao trabalho educativo de rua, influenciando directamente na questão dos direitos da criança, combate à pobreza e à exclusão social, o interventor social angolano, Francisco Mateus "Pambala", participou do segundo Encontro de Trabalho Social de Rua, decorrido recentemente em Bruxelas.

Como surgiu esta possibilidade de estar presente e o que significa um fórum desta natureza?

Esta possibilidade surgiu devido à minha envolvimento como colaborador de implementação de estratégias de prevenção de comportamentos desviantes apoiado nas metodologias de trabalho educativo de rua. Este Fórum significa uma partilha de experiências de mais de 200 países com vista a melhorarem os serviços de trabalho educativo de rua, possibilitando o exercício dos direitos fundamentais do homem, a erradicação da pobreza e a exclusão social.

Sobre o trabalho educativo de rua, como é feito e se desenvolve?

Ele é feito através do contacto directo e da vivência quotidiana com a população-alvo (um bairro, uma rua ou um local previamente determinado). A necessidade de intervenção conclusiva depois de um diagnóstico à uma determinada zona e a implementação de um projecto com base no trabalho educativo de rua cria um espaço, onde, além de se estimular o desenvolvimento das capacidades pessoais e sociais da população alvo, também se proceder à triagem e encaminhamento de eventuais pedidos para estruturas de suporte especializadas. Desenvolve-se mobilizando as estruturas existentes na comunidade, visando uma posterior articulação, reconstruindo o elo social e permitindo uma maior capacidade de resposta dos indivíduos aos diferentes contextos. A metodologia de trabalho educativo de rua na acção comunitária procura sempre manter e/ou estabelecer os laços sociais de forma a contribuir para as interacções do tecido social entre os seus cidadãos/actores. A metodologia de trabalho educativo de rua nas acções colectivas (grupos de adolescentes, jovens) como forma de chegar a todos aqueles que, participando nos eventos dos seus grupos, encontrem aqui espaço para construir os seus projectos e expressem a sua condição de cidadão.

Porquê que acha importante um projecto de intervenção comunitária com acção directa de educadores de rua?

Porque ser educador de rua é trabalhar na rua ou noutros cenários de intervenção onde se encontram indivíduos ou espaços públicos como parques de estacionamento e centros comerciais, locais onde se encontram jovens e adultos a cometer ou em vias disso, actos ilícitos, jovens na fronteira da criminalidade ou grupos de risco. O educador de rua tem o privilégio de possibilitar a integração de pessoas que sofrem de anorexia institucional (pessoas que tiveram ruptura com as instituições), que não frequentam equipamentos de apoio, como espaços lúdicos instituídos pelo sistema, que, como protesto, se rebelam e se organizam à margem, provocando entraves para a integração social. Ser educador de rua não é reivindicar uma posição melhor para a resolução dos problemas da população, mas sim reforçar o trabalho social de forma coerente e dinâmico em todo o cenário possível de intervenção. A experiência como educador de rua permite um contacto mais directo e próximo com a população, quando comparado com outras metodologias de trabalho social. Criam-se laços de proximidade com a população de alvo, os quais permite estabelecer um projecto de desenvolvimento e "empowerment" da comunidade.

A que instituição pertence e qual o seu papel?

Pertencço à Instituição Particular de Solidariedade Social - IPSS "Conversas de Rua, associação da qual sou membro fundador e coordenador do trabalho educativo de rua. Esta instituição que tem como objectivos a prevenção especializada em trabalho de rua; intervenção, tratamento, inserção e redução de riscos de problemáticas sociais e a investigação, publicação, formação e eventos culturais.

Em que projectos está envolvido em Portugal?

Presentemente coordeno o projecto de intervenção comunitária "Projecto XL", um projecto de "Conversas de Rua", em parceria com a Câmara Municipal de Cascais, nos bairros da Cruz Vermelha/Alcoitão em Cascais, na freguesia de Alcabideche. Sou consultor do projecto "Por Exemplo". Projecto de intervenção comunitária da Associação de Apoio e Segurança Psicossocial (AASPS), projecto efectuado no bairro do Casalinho da Ajuda em Lisboa. Faço parte da rede internacional através da Conversas de Rua - Associação (Portugal) e as instituições: Dynamo Internacional (Bélgica), Dynamo asbl (Bélgica), CNLAPS (França), Herzizerb (Espanha), The



London Connection (Inglaterra), Centro Accoguenza "La Rupe" (Itália), Utekontakten, Manglerud (Noruega), Yes Forum (Alemanha) e A.TT.RueQ (Canadá), I.F.M.E.S. (Martinica), El Caracol (México), Centre d'Education populaire (Haiti), Avenir de l'enfant (Senegal), Concertation des structures d'accueil et hébergement pour enfants en situation difficile (Benin), CARTS (R.D. do Congo), HCMC Child Welfare Foundation (Vietname), Chandrodaya Network (Nepal), Virlanie Fondation Inc (Filipinas).

Quê dificuldades encontram no vosso trabalho?

A falta de formação específica ao contrário do sistema educativo francês que forma os educadores especializados (licenciatura de quatro, com dois anos de estágio para educadores de rua, feito em contexto de intervenção no terreno). Aqui em Portugal, há falta de reconhecimento formal da profissão de "educador de rua", assim como o curto tempo e dificuldades de financiamento dos projectos de intervenção. ■

QUEM É QUEM?

Francisco da Fonseca Mateus "PAMBALA" tem licenciatura em Direito; pós graduado em Segurança Interna; formador especializado em Metodologias de Intervenção Social; investigador do Trabalho Educativo de Rua; membro da Rede Internacional de Trabalho Social de Rua.

EMBAIXADOR NA FEIRA DO EMPREGO

No quadro das actividades alusivas aos 35 anos de Independência nacional, o Consulado Geral de Angola em Lisboa, em parceria com a Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP), realizou, entre os dias 25 e 27 de Novembro, uma Feira de Emprego, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Lisboa. ■



MPLA FESTEJA 54º ANIVERSÁRIO



Ao comemorar o 54º aniversário da fundação do MPLA, assinalado a 10 de Dezembro sob o lema "MPLA - 54 anos ao serviço dos ideais do povo angolano", o Bureau Político, num comunicado, relembra que "o 10 de Dezembro de 1956 é como marco da tomada de consciência sobre a relevância da unidade dos diferentes estratos sociais que constituem o tecido nacional". No discurso do acto central da efeméride, realizado na cidade do Sumbe, província do Kwanza Sul, o secretário-geral do partido, Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse", disse que o MPLA é a força com maior implantação nacional e com raízes profundas nas massas populares por rejeitar e combater o racismo, tribalismo e o regionalismo, bem como práticas que tentem dividir os angolanos ou o território nacional. Referiu que fruto do reconhecimento de garantia de melhores condições de vida aos cidadãos e da plena cidadania, o partido cresceu de 600 mil militantes em 1992, para os actuais quatro milhões. Como não podia deixar de ser, o acto em Portugal foi festejado com uma série de actividades levadas a cabo, em Lisboa, pelo Comité da Comunidade do

MPLA, como as fotos tentam reportar. O número elevado de militantes presentes demonstra o crescimento do partido em terras lusas. O acto foi presidido pela primeira-secretária do Comité, Rosa de Almeida, assistido, entre outros, pelo embaixador José Marcos Barrica, que é membro do Comité Central do MPLA. No seu discurso, Rosa de Almeida disse que a "54 anos depois da sua fundação, o MPLA, sob a direcção do Presidente José Eduardo dos Santos continua empenhado em trabalhar para o bem-estar do povo angolano, tendo como prioridades a preservação da unidade e coesão nacional, a consolidação da democracia e o crescimento económico, a garantia das condições básicas para o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida e dos índices de desenvolvimento humano no País". Segundo Rosa de Almeida, "o dia é de festa e também de reflexão". A efeméride foi ainda assinalada com a outorga de alguns diplomas a militantes que mais se têm destacado pela sua entrega ao trabalho partidário e, de forma especial, aos representantes diplomáticos pelo seu empenho pela causa angolana. ■



COMUNICAÇÃO SOCIAL

ANGOLA E PORTUGAL ASSINAM PROTOCOLOS EM LISBOA

Angola e Portugal assinaram protocolos de cooperação no domínio da Comunicação Social, no quadro da visita, este mês, da ministra angolana da Comunicação Social, Carolina Cerqueira, a Portugal. Entre os protocolos, constam os entre a RTP (Portugal) e a Televisão Pública de Angola (TPA) e a Rádio Nacional de Angola (RNA) e entre as agências Angop e a Lusa. Foi igualmente assinado um protocolo entre o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (Cenjor) e o Centro de Formação de Jornalistas de Angola (Cefojor). Carolina Cerqueira considerou que a assinatura dos protocolos de cooperação entre os órgãos de comunicação social dos dois países visa “ajudar os jornalistas angolanos a continuarem a fazer um jornalismo forte e plural”. No final da cerimónia realizada no Palácio Foz, a que também assistiu o ministro dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Jorge Lacão, Carolina Cerqueira disse que a assinatura dos protocolos corresponde ao desafio do Executivo angolano. Disse ainda serem necessários os esforços de todos para que as aspirações dos angolanos e os seus ensejos se reflectam através dos Media “com pluralidade, isenção e a responsabilidade que se requer dos nossos jornalistas”. Manifestando o contínuo



desejo de Angola em cooperar com Portugal neste sector, a ministra entende que a Comunicação Social em Angola está a mudar e a modernizar-se cada vez mais. Reafirmou o interesse do Ministério da Comunicação Social apostar na formação dos seus quadros. “Pensamos que todas as técnicas que Portugal domina podem ajudar-nos a preparar quadros para poderem responder às exigências cada vez maiores que Angola apresenta neste momento”, frisou. O ministro dos Assuntos Parlamentares de Portugal, Jorge Lacão, considerou de capital importância o estreitamento dos laços entre as instituições do serviço público de Comunicação Social.

FORMAÇÃO DE QUADROS

Nos protocolos assinados, a RTP e a TPA pretendem alargar e aprofundar o apoio na formação de quadros. De acordo com o protocolo, assinado por Guilherme Costa e António Henriques da Silva, ambos presidentes dos conselhos de administração, a formação incide nas áreas de organização e gestão administrativa, técnica e operacional, técnicas de jornalismo e tratamento de materiais noticiosos e em estudos de audiência e marketing. No que se refere



dos de audiência e marketing, intercâmbio de informação e de programas e digitalização de arquivos. As agências noticiosas Lusa e Angop, representadas pelos respectivos presidentes do conselho de administração, Afonso Camões e Manuel da Conceição, acordaram em promover a partilha de experiências e de conhecimentos que contribuam para a actualização tecnológica e o desenvolvimento sustentado e a disponibilização de serviços noticiosos. O Cefojor e o Cenjor acordaram conjugar capacidades em projectos formativos como direito à informação, formas de expressão e as tecnologias aplicadas ao jornalismo escrito, radiofónico, televisivo e “on-line”. O protocolo foi assinado por Albino Carlos, pelo Cefojor, e Deolinda Almeida, pelo Cenjor. Todos os protocolos têm a validade de três anos, exceptuando o rubricado entre o Cenjor e o Cefojor, válido por cinco anos. ■



ao acordo com a RNA, representada pelo administrador Eduardo Magalhães, a RDP propõe-se a desenvolver a formação nas áreas de jornalismo, locução, operações e manutenção, gestão administrativa, estu-



ENSINO SUPERIOR NO CENTRO

MINISTRA QUER MAIS ESTUDANTES

A ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Maria Cândida Teixeira, manifestou, na cidade do Huambo, o desejo de triplicar as vagas para novos ingressos de estudantes na Universidade José Eduardo dos Santos, no próximo ano lectivo de 2011. Maria Cândida Teixeira lançou o desafio à reitoria da Universidade José Eduardo dos Santos no sentido de abrir mais vagas na instituição aos jovens interessados em estudar em 2011, uma vez que as salas de aula são suficientes para aumentar o número de estudantes. A dirigente disse esperar que as instituições da Universidade José Eduardo dos Santos formem quadros de qualidade e os professores transmitam valores e normas que dignifiquem o jovem angolano, e os estudantes se engajem no combate à cábula, prática que está tornar-se muito frequente nas instituições do ensino superior. Maria Cândida Teixeira reco-



nheceu o desempenho das faculdades da quinta região académica, no cumprimento do calendário escolar e na implementação de três novos cursos, como Arquitectura, Gestão e Contabilidade e Ciências de Computação no seu currículo. A ministra Maria Cândida Teixeira manifestou-se preocupada com denúncias segundo as quais alguns estudantes

têm aliciado professores com bens, para passarem de classe. “Isso é prejudicial à formação técnico-científica e desencoraja aqueles que assim agem”, disse, apelando a todos os finalistas no sentido de terminarem os seus trabalhos de fim de curso. O reitor Cristóvão Simões referiu que para o próximo ano lectivo a Universidade José Eduardo dos Santos vai introduzir três cursos de graduação: Arquitectura, no Instituto Superior Politécnico do Huambo, Gestão e Contabilidade, no Bié, e Ciências de Computação, na província do Moxico. ■

LANÇADA CONSTRUÇÃO DE MILHARES DE CASAS

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, testemunhou, este mês, no Zango, município de Viana, em Luanda, o lançamento de um projecto para a construção de 100 mil fogos habitacionais em todo país até 2012. A construção das casas, inserida no Programa Nacional de Habitação, começa no primeiro trimestre do próximo ano. O Executivo pretende, até 2012, construir o maior número de casas possível. A Sonangol Imobiliária coube a responsabilidade de desenvolver o projecto habitacional em 13 províncias, enquanto que a construção de habitações no Bié, Kwanza-Sul, Uíge, Huambo e Moxico pode ser garantida por outras construtoras. O ponto mais alto da cerimónia foi marcado com o corte de fita da Casa Modelo T3, pelo Chefe de Estado, um dos protótipos

dos 10 mil fogos habitacionais que nos próximos tempos são edificados no Zango IV, numa área de 790 hectares. Na ocasião, o Presidente da República visitou ainda o projecto imobiliário Zango Cinco, onde são construídos 13.636 fogos habitacionais, para alojar 80 mil pessoas. O projecto habitacional Zango Cinco prevê a construção de edifícios de quatro pisos, casas geminadas, centros hospitalares e administrativos, locais de diversão, bombeiros, entre outras infra-estruturas sociais. Além do projecto lançado, crescem no País novas centralidades nas províncias do Kuando-Kubango, Malanje, Cabinda, Lunda-Norte e Luanda. A maior centralidade é a do kilamba Kixi onde estão a ser erguidos 710 edifícios, para acolher mais de 100 mil pessoas, numa área de oito mil quilómetros quadrados. ■

CÓDIGO CIVIL VAI SER REVISTO

O Executivo propôs, este mês, à Assembleia Nacional a apreciação da proposta de Lei sobre o Regime Jurídico do Notariado, alteração ao Código Civil e ao Código de Registo Predial. A nova lei cria outro regime para a formalização dos contratos de compra e venda de prédios destinados à habitação. O deputado Emílio Homem, da Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional, disse que entre os diplomas analisados, constam também o da proposta de transgressões Administrativas e a

Lei de base do Regime Geral das Taxas. Quanto às propostas de alteração ao Código Civil, do Registo Predial e também do Regime Jurídico do Notariado, sublinhou que os diplomas serão adequados à realidade constitucional. O deputado lembrou que os códigos actuais vigoram desde antes da independência do País. "Fazem parte do nosso ordenamento jurídico, mas alguns destes preceitos não combinam com a nossa realidade", lembrou, acrescentando ser esta a razão da proposta do Executivo, a ser analisado na generalidade. ■

BANCO ALIMENTAR CONTRA FOME ABRE SEDE EM LUANDA

O Banco Alimentar Contra a Fome abriu a sua primeira sede em Luanda para actuar na luta contra a pobreza em Angola, com o apoio da sociedade civil. O director executivo do Banco Alimentar Contra a Fome, Alexandre Santos, disse que a instituição conta já com o apoio de empresas nacionais angolanas, com responsabilidade social, nomeadamente a seguradora ENSA, a Coca-Cola e a empresa de telefonia móvel Unitel. O Banco Alimentar Contra a Fome funciona através da recolha de excedentes de produção do sector agro-alimentar, produtos agrícolas e de contribuições gratuitas vindas dos cidadãos, restaurantes, supermercados, refeitórios, padarias e cantinas. Alexandre Santos disse que

em Angola, como acontece em outras partes do mundo onde existem Bancos Alimentares Contra a Fome, as campanhas vão acontecer numa determinada época e deverão contar sempre com o apoio de voluntários. A distribuição dos apoios adquiridos pelos Bancos Alimentares Contra a Fome não é feita directamente aos carenciados, tendo os produtos que passar por instituições locais incumbidas de ajudar as pessoas em situação de pobreza. A ajuda alimentar feita pelas instituições às pessoas carenciadas acontece sob a forma de refeições servidas em lares, creches, refeitórios sociais, na rua, apoio domiciliário e cabazes de alimentos entregues a famílias necessitadas. ■

EXECUTIVO TRAÇA POLÍTICAS DE APOIO AOS IDOSOS

O Executivo tem já traçado políticas para protecção e reintegração social dos idosos, disse a vice-ministra da Assistência e Reinserção Social, Maria da Luz, que adiantou que o mesmo acontece em relação à criação de sistemas de atendimento integral adequados e proporcionais às limitações das pessoas da terceira idade. "O Executivo, através do programa de combate à pobreza, criou projectos que visam expandir a rede de distribuição de água potável, saneamento básico, construção de estradas e de outros equipamentos sociais, formação

técnicoprofissional e a promoção de actividades geradoras de rendimento", referiu. A vice-ministra reconheceu haver "ainda muito por fazer" a favor dos idosos, mas frisou que aquelas acções do Governo têm incidência directa nas suas condições e qualidade de vida. A vice-ministra pediu maior atenção das famílias em relação aos idosos, proporcionando-lhes um ambiente saudável, harmonioso, equilibrado e coeso. Os cuidados a prestar às pessoas idosas, sobretudo aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, garantiu, estão entre as prioridades do Executivo. ■

ANGOLA PREPARA REGRESSO VOLUNTÁRIO DE REFUGIADOS

O ministro da Assistência e Reinserção Social anunciou a realização de preparativos para o repatriamento voluntário de 50 mil angolanos residentes nos países limítrofes. Durante um encontro com os deputados da III Comissão da Assembleia Nacional, que trata das Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro, João Baptista Kussumua informou as operações de repatriamento feitas pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social. O ministro disse que o processo de preparação do repatriamento voluntário, avaliado em cerca de 1,9 mil milhões de kwanzas, abrange angolanos refugiados na República Democrática do Congo, República do Congo (RDC), Namíbia e Zâmbia. Acrescentou que

os planos do Ministério contemplam o transporte aéreo e terrestre, verificação de nacionalidade, para evitar a imigração ilegal, instalação de centros de recepção e trânsito nas províncias que vão acolher os repatriados, aquisição de pacotes de reintegração social e bens alimentares e registo civil dos menores para a atribuição de cédulas de registo de nascimento. Para a concretização do repatriamento, frisou, o Ministério enviou ao Governo da RDC e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados uma proposta de plano operativo para o repatriamento voluntário dos angolanos residentes naquele país. A República Democrática do Congo acolhe mais de 80 por cento dos angolanos que manifestaram vontade em regressar ao País. ■

CARTA DO LEITOR

Estimados,
Há dias, cheguei à universidade e encontrei um jornal que nunca tinha visto lá posto, e eu não sei se este jornal apareceu na universidade somente porque a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) completava mais um ano de existência ou se de facto eu é que não sabia

onde me dirigir para obter jornais que também tenham a ver com o nosso País ANGOLA. Mas, creio que isso não interessa, o que interessa mesmo é que ele está aí para manter a comunidade angolana, que está cá, informada. Gostaria que este jornal chegasse até a Margem Sul, porque lá há muita gente de nacionalidade

angolana que precisa de ler notícias de Angola, nem que sejam somente imagens que retratam o povo angolano. Os meus parabéns vão para equipa que preparou esta edição do Jornal Mwangolé. Agora, se me permitirem eu passo a me apresentar: Osvaldo Barros, angolano, estudante universitário, do curso de

Engenharia Informática. Aproveito para dizer que procuro um emprego numa das instalações que representa o meu País em Portugal, para que eu possa contribuir de forma positiva a ajudar a elevar o nome de Angola até ali onde se calhar somente vivem os pinguins (na ANTÁRTIDA).

N.R: Caro Osvaldo Barros, é com muito prazer que registámos o teu correio electrónico. De facto, há mais de um ano que o Mwangolé é, mensalmente, entregue em

distintas Universidades portuguesas, entre as quais a UAL. O facto de esgotar num instante nos apraz, nos leva a supor ser um dos motivos pelos quais nunca tinha visto

antes o Mwangolé na UAL. Quanto o CV enviado, destinado a conseguir um emprego em empresas angolanas em Portugal, aconselhamos-te a contactar as estruturas

associativas de estudantes angolanos ou o sector de estudantes do Consulado Geral de Angola em Portugal, que podem disponibilizar alguma informação. ■

ALGUNS PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO DO "MWANGOLÉ"

- ISCTE, Avenida das Forças Armadas
- Universidades inerentes e adjacentes à Cidade Universitária e Sede da TAAG
- TAAG – Aeroporto de Portela
- Universidade Lusófona - Campo Grande
- Associação dos Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP)
- Sede da OMA
- Univa
- Casa da Cultura Quinta do Mocho
- Estação do Campo Grande
- Estação do Pragal
- Estação do Amadora
- Estação do Cacém
- Casa de Angola - Lisboa
- Câmara Municipal de Setúbal
- Casa dos Africanos em Vialonga
- Norte de Portugal:
- Porto (Consulado Geral, TAAG, Associação dos Estudantes), Coimbra, Aveiro, Vila Real e Braga
- Sul de Portugal (Alentejo e Algarve)
- Leiria
- Institutos politécnicos



Por ELISEU GONÇALVES FRANCISCO*
eliseu2003@yahoo.com.br

O QUE É A (CRA) CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA?

A Constituição da República de Angola (CRA) ou Carta Magna é um documento escrito codificado que emana as regras de organização do Estado Angolano que é: o conjunto das instituições (parlamento (poder legislativo), governo (poder executivo), tribunais (poder judicial), forças armadas e segurança interna (poder de defesa e segurança), administração e funcionalismo público (poder administrativo), que controlam e administram a nação angolana que assenta no vínculo que une os seus indivíduos (angolanos), determinados e convictos do viver colectivo, conscientes da sua nacionalidade, em virtude da qual se sentem parte do organismo Angola, território social, político, cultural e geograficamente delimitado, como país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado).

Por outras palavras: a CRA é a lei máxima da República de Angola que define e disciplina a sua organização política e administrativa, social e jurídica dentro do território definido e reconhecido internacionalmente, sob a direcção de um governo eleito que possui soberania reconhecida interna e externa, sintetizando a máxima "Um governo, um povo, um território" ou "Um só povo uma só nação" e que culmina num Estado soberano, bem como é o topo da pirâmide normativa

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Questões Suscitadas na Opinião Pública

e recebe nomes como Lei Fundamental, Lei Suprema, Lei das Leis, Lei Maior ou Magna Carta (Carta Magna) e foi elaborada pelo poder constituinte originário ou primário (cujo poder é soberano) exercido pela Assembleia Constituinte.

Por razões recentes da história de Angola não foi possível aprovar uma constituição, como estava previsto, com base na Assembleia Nacional eleita nas eleições de 1992. Com o fim do conflito armado foram realizadas eleições em 2008 que elegeram uma nova Assembleia Nacional que, nas vestes de Poder Constituinte, aprovou a Constituição da República de Angola em 21 de Janeiro de 2010, e, após crivo do Tribunal Constitucional emanado através do Acórdão nº 111/2010, de 30 de Janeiro, o texto final foi aprovado em 3 de Fevereiro de 2010 e promulgado em 5 de Fevereiro de 2010.

DÚVIDAS SUSCITADAS PELA OPINIÃO PÚBLICA:

Transparência e democraticidade no processo de elaboração.

O debate público (Partidos políticos e Sociedade Civil).

Oportunidade de debate público: Houve, nos termos do nº 1 (Os demais órgãos do Estado, os partidos políticos e coligações de partidos políticos não representados na Assembleia Nacional, as organizações da sociedade civil e os cidadãos podem apresentar propostas e contribuições ao projecto do CRA durante o período de 75 dias e na fase de consulta pública) do artigo 9, da Lei 2/09 de 6 de Janeiro.

Adesão ao debate público: Pobre e Fraca. Porque nenhum Órgão do Estado (Procuradoria Geral da República/Ministério Público ou Provedor de Justiça), partidos sem assento parlamentar, sociedade civil (Ordem dos Advogados de Angola, Faculdades de Direito, Associações dos Direitos Humanos) ou grupos de cidadãos, como previa a lei, aproveitou a oportunidade de dar o seu contributo na apresentação de alguma proposta.

Legalidade da Assembleia Nacional (nas vestes de Assembleia Constituinte). É competente ou não a luz da lei? Porquê?

É competente, nos termos da alínea a) do artigo 88º (alterar a actual lei constitucional e aprovar a CRA) e dos nºs 1 (a Assembleia Nacional pode rever a Lei Constitucional e aprovar a CRA por decisão aprovada por dois terços dos deputados em efectividade de funções) e 4 (a Assembleia Nacional define a forma de iniciativa para a elaboração da CRA) do artigo 158 da Lei Constitucional de 1992.

Por imperativo destas disposições legais (alínea a) do artigo 88º e nºs 1 e 4 do artigo 158º, ambos da Lei Constitucional de 1992) atrás frisadas, a Assembleia Nacional eleita no escrutínio de 2008, ganhou legitimidade de poder constituinte assumindo as vestes de Assembleia Constituinte e com poder (legal) de elaborar a CRA. Tal poder foi reforçado pelo artigo 1 da Lei 2/09, de 6 de Janeiro de 2009, tendo sido exercido com grande responsabilidade, uma vez que se criou uma Comissão Constitucional Especial para elaborar o projecto de constituição (artigo 2) da referida lei.

Forma de eleição do Presidente (tendo em conta os seus poderes) e do Vice-Presidente da República. É democrática ou antidemocrática? Porquê? (Tal discussão é suscitada em virtude de a candidatura e eleição estar sujeita ao encabeçamento de uma lista candidata para deputados à Assembleia Nacional de um partido ou coligação de partidos).

Não é antidemocrático. Porque os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, por força da lei (artigo 109 e 131 do CRA) não devem ser apenas os líderes da lista candidata do partido ou coligação, devem também estarem devidamente identificados na qualidade em que se candidatam, tal significa que a priori o eleitor fica inequivocamente esclarecido de que o líder e co-líder identificados no boletim de voto são,

respectivamente, candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República.

Sendo o Presidente e Vice-Presidente da República representantes de todos angolanos, as suas candidaturas e eleição, por força legal (nº 1 do artigo 109 e nº 2 do artigo 131 do CRA) é obrigatoriamente feita pelo círculo nacional e consagram-se vencedores se o partido ou coligação em que estão inseridos for a mais votada nas eleições gerais (obterem o maior número de mandatos na Assembleia Nacional), assim, é injusto considerar tal forma de eleição antidemocrática, porque, a partida, o líder e o co-líder da lista candidata não tem garantias nenhuma da sua vitória.

Quando se fala do CRA compara-se a mesma a outras constituições (Americana e Francesa) em que muitos especialistas consideram tais modelos constitucionais como "modelos standards". Na verdade, não existem modelos estandardizados, porque tais modelos reflectem-se a realidades distintas no desenvolvimento democráticos destes países, tendo em conta as suas realidades políticas, culturais e temporais à data da sua elaboração e nenhum país é obrigado a adoptá-los tal e qual.

No caso da elaboração da CRA, o poder constituinte (Assembleia Nacional nas vestes de Assembleia Nacional Constituinte), tinha toda legitimidade de elaborar um texto constitucional que achasse ser adequado a realidade cultural, social e política actual.

Suscita-se o seguinte: Será que a CRA aprovada e em vigor reflecte a realidade política actual de Angola? Cabe aos políticos e sociedade civil dar a devida resposta em função dos resultados alcançados actualmente cujo saldo o futuro ditará. ■

(*) - Mestre em Direito das Empresas
Licenciado em Direito
- Pós-graduado em Empreendedorismo Social
- Membro da Ordem dos Advogados Portugueses
- Investigador de Finanças e Políticas Públicas

Com objectivo de prestar um serviço cívico a comunidade angolana e a todos os nossos leitores, o nosso jornal passa a ter uma página reservada a consultadoria jurídica, onde qualquer leitor terá e poderá expor as suas dúvidas jurídicas sobre qualquer assunto de e no seu interesse, cuja resposta será dada de forma oportuna.

O consultório jurídico está ao dispor de qualquer interessado ou cidadão que pretenda ser esclarecido sobre questões nas várias especialidades de direito e é coordenado pelo Dr. Eliseu Gonçalves Francisco, que seleccionará os factos mais relevantes, estabelecendo prioridades nas respostas.*

Os nossos leitores, ao exporem as suas dúvidas, deverão indicar o nome, morada completa, email (se tiver) e telemóvel, para que as questões suscitadas tenham resposta célere.

Dito isto, excelentíssimos leitores, a partir de agora exponha as suas dúvidas por carta ou email nos seguintes endereços:

Jornal Mwangolé (Embaixada de Angola)
Av. Da República nº 68
Email: meuadvogado@aeiou.pt

Todas as questões, após devida análise, concluir-se que são do interesse público, as respostas serão publicadas nesta página, cujos sujeitos (nomes) referidos serão fictícios, por razões de privacidade dos seus intervenientes.

(*) Licenciado em Direito, Membro da Ordem dos Advogados Portugueses, Mestre em Direitos das Empresas e Pós Graduado em Empreendedorismo Social.

PLANO ENERGÉTICO

ANGOLA QUER GARANTIR DESENVOLVIMENTO

Se Angola cumprir o plano de investimentos para 2010-2016 em termos de produção energética, garantirá a satisfação das suas necessidades de desenvolvimento, disse a ministra da Energia e Águas Emanuela Vieira Lopes. Em declarações à margem da visita de Estado do Presidente José Eduardo dos Santos à África do Sul, a ministra angolana salientou que o aumento substancial na produção de energia eléctrica em Angola - de aproximadamente sete mil megawatts - se alcançará apenas com recurso à geração hidroeléctrica, o que significa energia renovável e amiga do ambiente. Emanuela Vieira Lopes assinou na África do Sul um plano de implementação de um acordo de cooperação com a África do Sul na área da energia, declarando-se "muito satisfeita com a cooperação técnica em curso com os sul-africanos, que possuem a maior capacidade geradora em todo o continente africano". Para a governante angolana, ambos os países têm muito para dar um ao outro em termos de know-how e recursos naturais. Enquanto a África do Sul recorre principalmente à

queima de carvão para satisfazer as suas necessidades energéticas, estando agora a dar os primeiros passos nas energias renováveis, Angola possui cursos de água com enorme potencial de geração de energia hidroeléctrica ainda por explorar. "Se cumprirmos o nosso programa, poderemos até no futuro exportar energia para a África do Sul, se este país vizinho e irmão necessitar", referiu. Emanuela Vieira Lopes. A ministra da Energia e Águas garantiu que a cooperação técnica em curso entre Angola e a África do Sul está a decorrer de forma muito satisfatória. E embora a África do Sul possua uma central nuclear na região do Cabo Ocidental e esteja ainda a considerar a hipótese de expandir a sua capacidade neste campo, Emanuela Vieira Lopes garante que o nuclear não está nos planos de Angola. "Além dos sete mil megawatts de energia limpa programados, consta ainda do plano a construção de outras 150 mini-hídricas e com todos os recursos nessa área que ainda não estão a ser utilizados temos muito campo a explorar", concluiu. ■

PORTOS ANGOLANOS VITAIS PARA ÁFRICA

Um estudo de mercado apresentado, no final do encontro de Portos da CPLP, refere que as instituições portuárias de Angola e de Moçambique podem ter papel relevante no abastecimento da região e servirem os mercados internos. O vice-ministro dos Transportes de Angola, José Kuvingua, disse que a movimentação de cargas regista já uma recuperação assinalável, após a recessão económica registada no ano passado. A expectativa para os próximos anos, sublinhou José Kuvingua, aponta para níveis de crescimento na ordem dos 10 por cento ao ano para os países africanos, incluindo os membros da CPLP. O vice-ministro referiu que com o crescimento das relações comerciais entre os países da CPLP e a explora-

ção das oportunidades cruzadas de captação de tráfego, identificadas no estudo de mercado, o movimento pode aumentar, até 2015, em mais de cinco milhões de toneladas.

A exploração das oportunidades, afirmou, vai permitir desenvolver a indústria, principalmente as áreas dos serviços logísticos, com impacto na criação de riqueza, contribuindo para a diversificação das economias. José Kuvingua disse que as tendências globais apontam, também, para um dinamismo no desenvolvimento de cadeias portuárias cada vez mais integradas em redes, que combinam o tráfego marítimo com transportes terrestres, rodoviários e ferroviários e operações logísticas, num serviço integrado e otimizado. ■

FUNDOS COREANOS EM PROJECTO DO ALGODÃO

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Pedro Canga, afirmou que os projectos de cultura do algodão no Kwanza-Sul e de complexos avícolas no Kwanza-Norte e em Malanje, financiados pela Coreia do Sul, vão criar uma nova dinâmica no sector agrícola. "O financiamento da Coreia do Sul vai facilitar a construção de pavilhões e fábricas de ração, entre outras infra-estruturas para a produção avícola", disse Pedro Canga, depois de um encontro concedido ao vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Coreia do Sul, Kim Jae-Shin. No encontro, Pedro Canga e Kim Jae-Shin analisaram projectos ligados ao sector agrícola, que vão ser

financiados pelo país asiático. O ministro da Agricultura lembrou que uma linha de crédito do EximBank da Coreia do Sul garantiu a conclusão, no princípio do ano, da primeira fase do projecto da cultura de algodão e que a Coreia do Sul disponibilizou mais de 49,9 milhões de dólares para a segunda fase do projecto. O arranque da segunda fase está previsto para o próximo ano. O vice-ministro sul-coreano frisou que o apoio reflecte a vontade do seu país em fortalecer a cooperação entre os dois países nos vários domínios. "Esperamos que o apoio contribua para o relançamento da produção do algodão em Angola, para a diversificação da economia", sublinhou. ■

OGE - 2011

PIB CRESCE SETE POR CENTO

A previsão de crescimento da taxa real do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2011 é de 7,6 por cento, contra 6,7 de 2010, de acordo com os pressupostos de melhoria do sector petrolífero e dos demais sectores produtivos internos.

Este indicador foi avançado pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, quando apresentava no Parlamento o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2011, para debate e votação na generalidade. Deste modo, explicou o ministro, prevê-se um crescimento do sector petrolífero na ordem de 2,3 por cento, contra 5,4 de ano transacto, e para o não petrolífero de 11,2 por cento, mais 3,8 por cento que em 2010. A produção diária média estimada de petróleo para 2011, vaticinou, deverá situar-se nos 1,901,0 milhões de barris, e o seu preço médio fixado nos 71,50 dólares, mas por conservadorismo, esclareceu o ministro, foi fixado em 68 dólares. No sector dos diamantes, estima-se uma produção anual de diamantes de 10.759 quilates, com preço fixado em 98,3 dólares por quilate. A taxa de inflação acumulada para 2011 é de 12 por cento, verificando-se uma redução na ordem de um por cento comparativamente ao ano transacto. O OGE de 2011, comportando receitas e despesas estimadas em mais de quatro triliões, prevê arrecadar receitas fiscais (exclui desembolsos de financiamentos e venda de activos) cerca de 3.394,3 mil milhões de kwanzas e a realização de despesas fiscais (exclui amortização da dívida e constituição de activos) na ordem de 3.230,1 mil milhões de kwanzas, do que resulta um excedente fiscal na óptica de compromisso de 164,2 mil milhões de dólares, equivalente a dois por cento do PIB. Do superavit, esclareceu, resultarão operações activas brutas tais como os desembolsos de financiamentos internos na ordem dos 4,185 milhões de dólares, externos em 4.870,9 milhões de dólares, amortização de empréstimos concedidos estimados em 0,081 milhões de dólares e venda de activos em 23,6 milhões de dólares.

MELHORAR QUALIDADE DE VIDA

Entretanto, Carlos Lopes disse que as operações passivas brutas consideradas são a amortização da dívida interna em 167,7 milhões de dólares, dos quais 299,9 em atraso, enquanto a nível externo o Estado prevê pagar 989,17 milhões de dólares. Neste capítulo estima-se ainda outras aplicações financeiras na ordem de 586,3 milhões de dólares. Em aquisição de activos não financeiros, cifrado em 9.862,2 milhões, estão incluídos os projectos consignados aos recursos do Fundo de Reserva Petrolífera para Infra-estruturas Básicas. Com base nestas operações, o ministro das Finanças indicou que o programa prevê a diminuição líquida do stock da dívida total do Governo, equivalente a cerca de 1.663,6 milhões, colocando o stock em cerca de 32,5 mil milhões de dólares, equivalendo a 38,2 por cento do PIB. De um modo geral, frisou, com o OGE para 2011 o Executivo pretende garantir um ritmo elevado e sustentado de desenvolvimento económico com estabilidade, bem como a transformação e diversificação das estruturas económicas. Melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento humano dos angolanos, estimular o empresariado nacional e reforçar a inserção competitiva de Angola no contexto internacional são outros objectivos perseguidos, disse o governante. Carlos Lopes assegurou que o Executivo continuará a desenvolver a sua política orçamental com base na sustentabilidade e racionalização da despesa pública, melhoria e eficiência na arrecadação fiscal. "O Governo pretende, de igual modo, implementar a reforma tributária, regulamentação da concessão de subsídios às instituições de utilidade pública e a conclusão da análise da sustentabilidade da dívida pública e estratégia do endividamento público", sustentou. ■

NOVAS TECNOLOGIAS

ANGOLA REFORÇA ACESSO

O Executivo vai reforçar a sua estratégia de disponibilização de tecnologias de informação e comunicação às zonas rurais, com vista a acelerar a redução da pobreza no País, segundo a ministra do Comércio, Idalina Valente, no lançamento do relatório das Nações Unidas "Economia da Informação 2010". Idalina Valente declarou que a contribuição das tecnologias de informação e comunicação na redução da pobreza, por intermédio das empresas, leva os cidadãos a encontrarem as melhores opções para a resolução dos seus problemas e à melhoria do nível de vida. "Os menos favorecidos são os que têm

menos acesso à informação, que é importante para as suas vidas. Temos que alterar este quadro", referiu a ministra, lembrando o compromisso feito pelos países em 2000 no sentido de reduzir a pobreza para metade até 2015. Entretanto, acrescenta a ministra, espera-se que no término do acordo existam ainda em todo o mundo mil milhões de pobres, sendo grande quantidade do continente asiático. Sublinhou que em termos relativos a maior parte dos pobres vive em África, em áreas rurais, com um modelo de vida de subsistência, trabalho assalariado e produção maioritariamente no sector informal. ■

GADO DA HUÍLA REFERÊNCIA NA SADC

A razão de o Sul do País concentrar três milhões de cabeças de gado, com as manadas autóctones a ocuparem o topo, faz com que Angola ocupe, actualmente, o quarto lugar em população bovina no contexto da Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC).

Esta cifra, que sobressai com um excedente de mais de 700 mil cabeças, faz com que estas paragens ostentem 85 por cento do efectivo pecuário nacional, dados que estimulam os governantes e empresários a acreditar que ventos de bonança estão à espreita com a união dos criadores de gado.

Satisfeito com os esforços empreendidos, o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (Minader) sublinha que “só unidos será possível remodelar e revitalizar o sector pecuário nacional e tornarmo-nos mais fortes na arena regional da SADC. Iniciativas desta índole são indispensáveis para perspectivar acções que visam estabilizar o sistema agro-pecuário bem como permitir que a produção de carne tenha proporções que correspondam às exigências do mercado nacional. O Minader sustenta que só organizados em torno do aumento da produção estarão criadas as bases para melhorar a dieta alimentar, combater a fome e reduzir substancialmente a pobreza que afecta a população. O efectivo bovino representa um dos melhores anseios na integração do País à comunidade da SADC. Mas o ministro da Agricultura defende a necessidade de serem impregnados métodos oferecidos pela tecnologia para atingir-se níveis cada vez maiores de reprodução animal. O governado provincial local, chefiado por Isaac dos Anjos, congratula-se com a nova visão dos criadores de gado da região, tendo sublinhado que a Tunda e os Gambos evoluíram em termos pecuários, nos últimos quatro anos. Em função disso, o governo da província concebeu um programa de desenvolvimento para o município dos Gambos (a 150 quilómetros a Sul da cidade do Lubango), que compreende a electrificação das áreas de exploração pecuária, abertura de furos de água, vias de acesso e outros.



FESTA DO GADO

Os boiadeiros desta região instituíram o cinco de Junho como o dia do criador de gado, uma data que vindo a dar um novo alento ao sistema pecuário, aumentando os investimentos e promovendo o surgimento de novas manadas e concorrência no sector. Na última edição da festa, com a duração de três dias, na fazenda Gomes e Gomes, situada a 180 quilómetros a Sul da capital huilana, Lubango, cidadãos de vários estratos sociais desfrutaram de maravilhas naturais e artificiais da região. Os quase mil participantes provenientes de vários pontos do País deliciaram-se de carne no espeto de vários tipos, macau (bebida tradicional) e escutaram fábulas sobre o gado, sua simbologia cultural, factores tradicionais, entre outros assuntos. O recurso ao gado da Huíla, contou um criador – tem a ver com a rápida adaptação destes animais aos vários tipos de climas, pastos, entre outros. No entanto, até a data da sua morte, Fernando Borges e Sérgio Correia eram as grandes referências da família ganadeira a nível da região Sul do País, por ostentarem o maior efectivo bovino e caprino, estimando-se em mais de 20 mil cabeças. ■



AGRICULTURA

MINISTRO PORTUGUÊS DESTACA RELAÇÕES COM ANGOLA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas de Portugal, António Serrano, considera excelente o nível de relações bilaterais com Angola no sector agrícola. Durante uma Conferência Internacional do sector, referiu que no ramo da Agricultura dos dois países se tem trabalhado em conjunto em vários programas, visando o desenvolvimento e o relançamento do intercâmbio agrícola. A realização de feiras agrícolas em ambos os países, na opinião do ministro, ajuda a criar espaços privilegiados para o reforço da cooperação bilateral, troca de experiências, apresentação e transferência de tecnologia. Apesar destes avanços e da disponibilidade governamental, António Serrano afirmou que há ainda muito trabalho por ser feito e um “longo caminho”

por percorrer para que as relações sejam as mais desejáveis. As grandes potencialidades naturais de Angola, como solos férteis e clima favorável, foram realçadas pelo ministro luso, considerando-as premissas fundamentais para a prática de uma agricultura auto-suficiente. O ministro sublinhou que os empresários angolanos do sector agrícola estão a fazer uma boa aposta na área e as autoridades de Portugal estão atentas a esse desenvolvimento. “Estou muito confiante que Angola vai aumentar ainda mais a sua produção agrícola nos próximos anos, porque tem criadas todas as condições para poder alcançar esse objectivo”, frisou, lembrando o facto de o país já ser um dos mercados mais privilegiados das exportações de vinhos portugueses. ■

RELATÓRIO DE ECONOMIA 2010

O relatório sobre a Economia da Informação de 2010, lançado em Luanda pela Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), revela novas formas das Tecnologias de Informação e Comunicação no sentido de ajudar as pessoas de baixa renda a melhorar a sua qualidade de vida. Sublinha dois principais papéis, através dos quais as Tecnologias de Informação

e Comunicação podem beneficiar os pobres com previsões meteorológicas, novidades sobre os preços de mercado, recomendações sobre pesticidas e fertilizantes a usar, entre outros dados importantes. Este ano, o relatório é dedicado às tecnologias de informação e comunicação, o seu peso sobre no combate à pobreza e a importância do telemóvel, como tecnologia útil para a população pobre. ■

RELAÇÃO COM ANGOLA

CENTRAIS CUBANAS TRANSMITEM “KNOW HOW”

Técnicos das empresas públicas de energia vão deslocar-se, no próximo ano, a Cuba, para formação e troca de experiências com especialistas cubanos, segundo a ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, durante a visita à central térmica de Cuba. A ministra frisou que a experiência cubana no ramo é proveitosa para o sector, e manifestou a sua satisfação com o nível do desenvolvimento do sector da Energia e das Águas de Cuba. A ministra Emanuela Vieira Lopes e os membros da delegação angolana visitaram a central térmica

de ciclo combinado, da empresa mista cubana e canadiana Energas, SA, com capacidade de 185 megawatts, localizada no município de Varadero, a 200 quilómetros de Havana. A delegação angolana foi recebida pelo director-geral da central eléctrica, Eloy Matinez, que fez um enquadramento geral do funcionamento da mesma. A delegação visitou também a Central de Abastecimento de Água do mesmo município, com uma capacidade de 4.335 metros cúbicos, equipado com um laboratório químico de análises de água potável e residuais. ■

CONTRATAÇÃO PÚBLICA COM INOVAÇÃO

A secretária do Estado para as Finanças, Valentina Matias Filipe, disse que a nova lei da contratação pública, aprovada este ano, traz aspectos inovadores, como a criação de um gabinete que supervisionará toda actividade ligada ao processo. Valentina Matias Filipe adiantou que de entre os aspectos inovadores, consta a criação do gabinete de contratação pública, que terá a responsabilidade de supervisionar e fiscalizar o mercado da contratação

pública. Destacou que o gabinete de contratação pública vai também apoiar o Executivo na implementação das políticas de contratação pública. Em termos organizacionais, disse que consta igualmente a criação de um departamento específico de aprovisionamento público, criado a luz do novo estatuto orgânico do Ministério das Finanças, adstrito à direcção do património do Estado, que terá uma acção directa na organização geral do processo de compras. ■

MINISTRA DA CULTURA DEFENDE

«GRUPOS DE DANÇA DEVEM SER BANDEIRA NACIONAL»

A ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, exortou os grupos de danças tradicionais no sentido de transformarem-se em verdadeiras bandeiras de Angola, de forma a elevarem o nome de País no mundo. Falando durante a abertura do workshop sobre “Dança tradicional”, inserido no programa do Festival Nacional de Canto e Dança Tradicional, decorrido de 17 a 19 de Dezembro, no Huambo, com a participação de 17 das 18 províncias do País e da companhia de

canto e de dança de Moçambique. Rosa Cruz e Silva disse ser ainda necessário que os participantes ao evento partilhem experiências com agremiações para se transformarem em bandeira nacional. Defendeu também a necessidade da contínua valorização de antigas criações, “uma vez que a música e a dança estão sempre presentes em cerimónias rituais, festas e actos de recriação e podem influenciar as novas gerações a não perderem as verdadeiras referências.” ■

POESIA DE NETO EM ESPANHOL

A obra poética de Agostinho Neto em versão espanhola foi lançada na quinta-feira em Luanda, no auditório da União dos Escritores Angolanos (UEA), numa iniciativa da Fundação Agostinho Neto. Ao proceder à apresentação do livro, o escritor Conceição Cristóvão disse que o autor possui uma dimensão humanista de irrefutável valor, aliada a um forte tratamento estético da palavra. Lembrou igualmente que ele revela conhecer a palavra enquanto complexo de sonoridades, explorando-a de maneira inteligente. Para Conceição Cristóvão, Neto usa, nas suas poesias, de forma magistral a ressonância geral da própria palavra, possuindo uma velocidade particular de repetição e de representação gráfica, entre outros aspectos. Maria Eugénia Neto, viúva do primeiro Presidente

de Angola, considerou que este evento se revestiu de singular importância, uma vez que permite um conhecimento mais profundo dos povos e dos seus reais valores, quer humanos, quer intelectuais. A obra, produzida pela Fundação Agostinho Neto em colaboração com a Cooperação Espanhola e a União dos Escritores Angolanos, está integrada no quadro de uma colecção de autores africanos, promovida pela Espanha com o objectivo de divulgar outras culturas. Nesta primeira edição foi feita uma tiragem de dois mil exemplares e o livro, de 181 páginas, inclui textos das obras “Sagrada Esperança”, “Renúncia Impossível” e “Amanhecer”. O prefácio foi escrito pelo docente universitário da literatura africana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Pires Laranjeira. ■

IVAIR COIMBRA, O “PODEROSO MENSAGEIRO”

RAPPER “PM” PREPARA O SEU SEGUNDO ÁLBUM DE ORIGINALS

O “rapper” angolano Ivair Coimbra, vulgo PM (Poderoso Mensageiro), radicado em Portugal, precursor daquele estilo musical com carácter cultural e social educativo, prepara o lançamento do segundo álbum de originais “Raíces (Terapia humana)”



PM já participou em inúmeros projectos e actuou em vários palcos, entre Angola e Portugal. Nas actividades em que participou, já partilhou os mesmos palcos com músicos internacionalmente conhecidos e não só, entre os quais é importante frisar, Akon, Ja Rule, Ashanti, Fat Joe, Chullage, GMS, Lweji, Anselmo Ralph, Hélvio Eliei, Paul G, Big Nelo, Keita Mayanda e muitos mais, uma das suas actuações, foi o seu prestígio em palco na Gala de Miss Angola Portugal 2010, juntos dos músicos Eduardo Paím, Ary e Yola Araújo. Para este seu novo álbum, o rapper tem como convidados Don Kikas, Dodó Miranda, o apresentador de televisão e locutor de rádio Miguel Neto, Chullage, Eliei, Vania, Dj yosh, MC B-Djoy e muitas mais surpresas. Segundo a sua produtora LIRICAL RECORD, a obra reunirá 17 faixas musicais inéditas, cuja alma paira sobre o “Hardcore” e “Slow

rap” não convencional. Numa fusão de ritmos entre o urbano, clássico e o tradicional, utilizando o sampler e o suporte acústico, na busca da energia festiva da identidade africana e da sua oralidade reflexiva.

MAIS DO QUE SIMPLES MÚSICO

O conteúdo lírico-verbal distancia-se um pouco do contexto de intervenção Socio-político como se apresentou desde a altura que enveredou para o mundo do rap, no de 1995. A sua prosutura adianta, que a obra será de

carácter consciente, popular e baseia-se em dois fortes pólos de intervenção social, a educação e a cultura como pivôs de mudança. O músico PM adianta que ser rapper é ser mais do que um simples músico, é não forçar, é ser real e acreditar, ser livre e viajar para o além sem fronteiras, é ter sentimento e respeitar o estado de espírito. Sem esquecer que a matriz para tudo na vida é ter os pés bem assentes no chão. Por isso, esta obra será, para si, mais um encontro no tempo, onde se revê longe da razão e de qualquer tipo de “extremismo”. ■



CARO LEITOR, este Jornal é seu. Mande informações diversas, fotos e nós publicaremos. Igualmente estamos abertos às suas sugestões, bastando que nos escreva para os seguintes endereços electrónicos:

emb.angola_apress@mail.telepac.pt

ou, em alternativa, para:

paulojesus16@gmail.com

LEILA LOPES - MISS ANGOLA - 2011

A estudante de gestão de empresas Leila Lopes, natural da província de Benguela, foi consagrada na noite deste sábado, em Luanda, como Miss Angola 2011, habilitando-se a representar o País no concurso Miss Universo 2011. De 24 anos de idade, Leila Lopes suplantou as vinte concorrentes, conquistando a coroa que era pertença de Jurema Ferraz, vencedora em 2010. Como prémio pelo primeiro lugar, Leila Lopes leva para casa uma viatura zero quilómetros, uma jóia, um guarda-roupa completo, dois mil e quinhentos dólares, entre outros prémios. Além



de Miss Angola-2011, Leila Lopes ficou ainda com o título de Miss Fotogenia. Durante a gala de eleição, que teve como convidado VIP o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, e a primeira-dama, Ana Paula dos Santos, o júri escolheu ainda Edmilza dos Santos, de Malanje, como primeira-dama de honor, e Elizandra Lopes, do Huambo, como segunda-dama de honor. Para Miss Simpatia, as candidatas escolheram Delma Delque (do Cunene), enquanto que o prémio de Melhor Traje Típico foi atribuído à candidata Elsa Cruz, da província de Luanda. A gala teve a animação dos músicos Walter e Nicol Ananás, Emílio Santiago, Yola Araújo, Celso Mambo e do grupo Black Fofas. ■



DESPORTO

BASQUETEBOL

1º DE AGOSTO REVALIDA TÍTULO NA TAÇA DOS CAMPEÕES AFRICANOS

O 1º de Agosto conquistou, pela terceira vez consecutiva, sexta no geral, a Taça de África das Clubes Campeões Seniores Masculinos de Basquetebol, ao vencer, na final, o Condor dos Camarões, por 73-41, em Cotonou, no Palácio dos Desportos Kouhounou. Determinados e avisados desde o início que não podiam facilitar, pois o adversário já os havia derrotado na terceira jornada da primeira fase, por 74-66, os militares não deixaram os camaroneses respirar e, aos três minutos, venciam por 10-0, vantagem ampliada no final do primeiro quarto para 20-11. Bem em toda a primeira parte, a formação do Rio Seco soube gerir o marcador na segunda parte, voltando a asfiliar ofensivamente o Condor. No reatamento, os comandados de Luís Magalhães não baixaram os braços, nem tão-pouco de correr sempre à procura do cesto, com o intuito de ampliar o resultado. Vulgarizados

e rendidos ao maior poderio militar, os camaroneses, que no terceiro quarto só conseguiram nove pontos contra 17 do 1º de Agosto, enveredaram, em alguns momentos, pelo jogo violento. O campeão africano dominou por completo as percentagens de lançamentos, com 18 convertidos em 32 dos dois pontos, o que perfaz 56, 2 por cento, contra 9 em 40 do Condor, 22,5 por cento. Nos arremessos dos três pontos, em 23 tentados, os angolanos marcaram seis, 26,1 por cento, enquanto o adversário fez cinco em 24, o que representa 20,8 por cento. Nos lances livres, os militares do Rio Seco acertaram 19 em 37, uma percentagem de 19, 51, quando o Condor fez 8/17. Kikas Gomes, com 27 pontos, foi o melhor cestinha do jogo. Para o terceiro lugar, o AS Sale do Marrocos derrotou o BC Mazembe do Congo Democrático, por 75-71 (41-33, ao intervalo). ■

FUTEBOL

ANGOLA SOBE QUATRO LUGARES NO "RANKING" DA FIFA

Angola subiu quatro lugares no ranking da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), posicionando-se agora no 88º lugar com 378 pontos. O Egipto, na nona posição, é a melhor selecção africana com

1078 pontos, seguido da Cote d'Ivoire (21º) com 846 pontos. A Espanha, campeã mundial, continua na liderança do ranking com 1887 pontos, seguida da Holanda (vice-campeã) e Alemanha com 1723 e 1485, respectivamente. ■

JOGOS DA SADC

PALAQUINHAS CONQUISTAM "OURO"

A Selecção Nacional de Futebol de Sub-20 conquistou, este mês, na cidade de Manzine, Swazilândia, a medalha de ouro do torneio dos Jogos da Comunidade da África Austral (SADC), ao derrotar, na final, a Zâmbia, por convincentes 3-0. Este resultado constitui um dos maiores feitos da presença angolana nos referidos Jogos, dominados pela África do Sul (com 110 medalhas, entre as quais 53 de ouro). No quadro geral de medalhas, Angola subiu três lugares, saindo da sétima posição da edição de 2008, na

África do Sul, para o quarto posto. As medalhas angolanas, além de futebol sub-20, foram

alcançadas pelo basquetebol (em ambos os sexos) e pelo desporto adaptado. ■

Eis o Quadro Completo:

	País	Ouro	Prata	Bronze	Total
1º	África do Sul	53	40	17	110
2º	Zimbabwe	17	18	22	57
3º	Botswana	15	02	24	51
4º	ANGOLA	04	01	01	06
5º	Namíbia	02	09	13	24
6º	Zâmbia	02	06	07	15
7º	Lesoto	02	01	02	05
8º	Swazilândia	01	01	05	07
9º	Malawi	01	00	01	02
10º	Moçambique	00	08	12	20